O MANGUEZAL E A SOCIEDADE PERNAMBUCANA-BRASIL

Jorge José Araujo da Silva: Prof. Dr. UPE, UNICAP e FAFIRE

RESUMO

Do litoral ao Sertão, o estado brasileiro de Pernambuco teve sua formação territorial relacionada diretamente com a exploração europeia a partir da costa Atlântica Americana. Costa esta tropical, habitada pelos povos indígenas adaptados a floresta.

O ecossistema manguezal vai se adaptar nos estuários. Este, além de permitir um ambiente impar, a transição entre dois grandes sistemas, o continental e o oceânico, é raso, têm correntezas dos rios e marés, temperatura alta, solos instáveis com lama de silte e areias quartzosas. Estas particularidades fazem com que as espécies dos manguezais apresentem adaptações específicas. Enquanto as espécies oceânicas e continentais visitam estes sistemas para acasalamento ou berçário.

A partir da ocupação portuguesa sobre as colinas dá-se início a vila de Olinda. Nas planícies costeiras ocorre a derrubada da floresta, para implantação da monocultura da cana-de-açúcar.

Com a presença holandesa em 1630, Olinda é queimada. Portuguesa, católica e servindo à estratégia de Portugal, logo é destruída. Inicia-se a construção da vila dos Arrecifes, capital do domínio holandês tropical, calvinista, a cidade do conde Maurício de Nassau. Ocupa-se outra geografia, os holandeses dominadores do mar, ocupam os manguezais, com aterros, drenagens, constroem pontes, palácios, sinagoga, observatórios astronômicos. Mandam artistas como Frans Post e Eckalt que pintam o Novo Continente. Na retomada do Recife pelos portugueses em 1654, a capital volta para Olinda até a Guerra dos Mascates 1710.

Hoje temos um cenário de litoral de grande expansão das atividades humanas sobre o manguezal em Pernambuco. Os aterros são constantes, e ocorre acelerada expansão urbana como: condomínios, estradas, indústrias, portos, esgotos sanitários e lixo.

Em todo Estado ocorre degradação nos manguezais o que provoca um descontrole na teia alimentar, inclusive na humana, que em grandes comunidades sobrevivem dos nutrientes pescados nos manguezais.

Palavras Chave: Colonização Brasileira, Pernambuco e a Sociedade do Manguezal Atualmente.

O MANGUEZAL E A SOCIEDADE PERNAMBUCANA

1 A OCUPAÇÃO COLONIAL EM PERNAMBUCO

A colonização brasileira ocorreu – quase que exclusivamente – partindo do litoral, foram os ambientes costeiros os primeiros a receber as alterações de um comportamento exploratório mercantilista na América. Assim, não foi diferente em Pernambuco, especificamente em Recife, que ao se expandir nos baixios de manguezal, fez surgir uma cidade plana tanto no centro como em seu entorno imediato.

A localidade dos Arrecifes[1] surge para dar suporte à atividade portuária a

[1] Porto dos Arrecifes, localidade portuária exportadora da produção açucareira, habitada pelos comerciantes (mascates) que negociavam o açúcar dos produtores (coronéis) moradores de Olinda.

partir de um porto natural e do seu povoado, que servia de entreposto entre as mercadorias trazidas pelas naus e a vila de Olinda, então sede da Capitania Hereditária de Pernambuco.

Encravada num istmo muito estreito, semi-circundado pelo oceano na porção de fora e por dentro pelo manguezal, esta localidade vem adquirir vulto enquanto vila com a presença dos holandeses, em 1630, segundo Lucena, (1996, p. 25). Diante da experiência do domínio do mar na Europa, o neo colono se lança a ocupar as águas, estabelecendo-se nas croas e ilhas a oeste do istmo, para construir uma estrutura, suporte da sede do novo domínio colonial. Assim dá-se início a substituição da paisagem natural em função da afixação da cidade e de sua contínua expansão, evidenciada na figura 1.

Figura 1 – Chegada de Maurício de Nassau ao Recife

Fonte: Lucena (1996)

> Na gravura[2] observa-se em primeiro plano[3] a presença do mangue. Nas margens do manguezal e ao redor do arco observamos os aterros e o desnudamento da vegetação nativa, inclusive com a presença do coqueiral (árvore exótica). Em segundo plano, marcante observar a largura existente entre as margens que separa o arruado do porto (em terceiro plano) e a então ocupação com arquitetura holandesa.

A utilização da planície de várzea para alocar o canavial e os engenhos de

---

[2] Esta gravura foi realizada em 1657 por Frans Post, artista plástico da comitiva dos holandeses, este foi um pintor dedicado às paisagens do Brasil holandês. A gravura também retrata a chegada do Conde Maurício de Nassau Siegen a Pernambuco, quando fundou a *Mauritztadt*, a cidade Maurícia. Ao centro vê-se o arco "portão da cidade nova" e o aterro para a construção da ponte Mauricio de Nassau, a primeira do Brasil.

[3] As gravuras e fotografias hora apresentadas, são analisadas conforme uma sequência de planos. Comentamos o primeiro plano geralmente o que está na frente abaixo da imagem, segundo no centro, terceiro e outros o que está no fundo acima da imagem.

açúcar, fez dos rios e meandros escoadouros da produção, das mercadorias e das especiarias da colônia, em um contínuo de degradação da natureza. O mesmo aconteceu quando, em meados do século XIX, ocorreu a supressão do manguezal na implantação da segunda mais antiga estrada de ferro do Brasil, a Recife - São Francisco, que foi construída margeando o manguezal da bacia do Pina.

Historicamente, a localidade do Recife é citada em documento oficial pela primeira vez no foral da Vila de Olinda, em 12 de março de 1537, Mello (1974)[4], data hoje atribuída ao aniversário das duas cidades.

A natureza do Recife na época era composta, na porção central, pelo domínio dos manguezais. Uma espécie, o mangue vermelho *(Rizophora mangle, L.)* apresentava então valor comercial, sendo exportada em grande escala pelo colono, devido ao tanino (seiva) de cor abrasadora, como fora o comércio do pau-brasil *(Caesalpina echinata. sp).*

Inicialmente, esta linha de costa servia apenas de porto natural para atraque das naus dos colonizadores portugueses que moravam em Olinda e para embarcar o açúcar produzido nas colinas da Capitania de Pernambuco.

Figura 2 – Porto do Recife

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2008[5].

Fotografia que indica o porto do Recife final do século XIII, no primeiro plano apresenta a arrebentação nos arrecifes no segundo as embarcações ancoradas e ao fundo o porto interno.

Com a expansão da produção acentuou-se o movimento no cais, a capitania

[4] As informações referentes ao foral de Olinda foram documentadas na Revista do Arquivo Público de Pernambuco por Mello (1974).

[5] O Museu Iconográfico da Cidade do Recife funciona no Forte das Cinco Pontas, administrado pela Prefeitura, seu acervo se localiza na Museologia disponível para pesquisas e aquisição de documentos.

de Pernambuco prosperou, o porto adquiriu maior importância, requerendo afixação de mais pessoas para a atividade portuária e comercial instalada no desembarque, dando início ao povoado do Recife nas cercanias do porto e da Cruz do Patrão.

Figura 3 – Cruz do Patrão Porto do Recife

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2009

Fotografia da Cruz do Patrão Porto do Recife tirada no final do século XIX. Há muitos anos este monumento serviu de marco para balizamento da entrada das caravelas e recentemente dos navios no cais do porto. Em vários documentos a Cruz do Patrão é citada como localidade de enterro dos escravos negros[6], mas prospecções arqueológicas realizada em 2002 pela Prefeitura do Recife e Universidades não encontraram vestígios de ossadas humanas nas redondezas do monumento. Observa-se na foto como é marcante o estreitamento do Istmo de Olinda, com apenas um "cordão" de areia banhado pelo Rio Beberibe (à direita da foto) e pelo Oceano Atlântico (à esquerda da foto). Notem-se também as linhas dos bondes que ligava o marco zero do Recife ao alto da Sé em Olinda.

Neste período, o que permitia contato entre o cais do porto e a então capital da Capitania era um caminho de areia, geologicamente denominado de istmo[7] de Olinda.

---

[6] Relacionado à questão de enterros de negros na cercania da Cruz do Patrão, Araújo (2007, p. 80) apresenta referência, de que as praias no passado colonial serviam não só para usos econômicos, militar, circulação e depósitos de dejetos sanitários, mas também, como cemitério. Para as pessoas que a Igreja Católica não reconhecia integrantes de seu "rebanho": negros pagãos, hereges, judeus, ciganos e aqueles tidos como pertencentes às raças infames, "todos considerados como indignos de receberem enterro cristão e de serem sepultados em solo sagrado." Eram enterrados nas praias ou abandonados a céu aberto, como acontecia no Istmo de Olinda, localidade onde se encontra a Cruz do Patrão. Um fato relatado em Araújo (2007, p. 82) salienta estas ocorrência, uma dama inglesa ficara indignada com a cena de um cão banqueteando-se com os restos mortais de um negro no areal.

[7] De acordo com Guerra (1988, p. 243) istmo significa, "uma estreita faixa de terra situada entre dois mares, correspondendo, de modo geral, a uma zona onde se verificou um afundamento do solo, ou ao contrário uma invasão do oceano. O trabalho de rasgamento de um braço de terra desse tipo - construção de um canal pelo homem - pode fazer com que grande economia de tempo seja conseguida

No início da colonização brasileira, houve dificuldades para o descobridor perceber qual a real extensão deste novo território, sendo concebido vários nomes. Foi atribuído às novas terras o nome da primeira matéria prima aqui encontrada, de elevado valor econômico na corte, denominava-se então a terra de *brasilis*, que surgiu derivado da árvore de cor "vermelho-brasa", o pau-brasil *(Caesalphina echinata, sp.).* Desta forma, foi através do primeiro processo exploratório do vegetal citado, que se dava em grande escala, o início da degradação ambiental no Brasil.

A partir do encontro do colonizador com a "tríplice vermelha": o pau-brasil, "vegetal em brasa"; o índio "raça vermelha" e o calor abrasador dos trópicos instalou-se a degradação ambiental, devido à expansão das áreas de produção com a implantação dos engenhos de açúcar, principalmente nas várzeas das terras d'Olinda, hoje Recife, (SILVA, 1997).

Observa-se pela primeira vez no continente americano, a implantação de uma área contínua de produção, voltada para a exportação, denominada de *Hinterland* (ANDRADE, 1994).

2 A PRESENÇA HOLANDESA EM PERNAMBUCO

Logo a capitania de Pernambuco prospera, desperta interesse em vários povos europeus e passa a ser disputada por franceses, espanhóis dentre outros, mas são os holandeses que em 1630 invadem a colônia, a partir da tomada do forte de Pau Amarelo próximo à Capitania de Itamaracá, marcharam para o sul e atingem o flanco norte de Olinda.

Após algumas batalhas, os holandeses invadiram e atearam fogo na capital e no sítio habitado pelos senhores dos engenhos, produtores de cana-de-açúcar, negociantes, mercadores e donatários exploradores portugueses. Esta guerra os obrigou a fugir para outras paragens.

O colono continuou prosperar e produzir o ouro brando (o açúcar), agora sob domínio dos holandeses no comando do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, designado para conduzir como governador, o Brasil holandês na investida da Companhia das Índias Ocidentais.

Nassau trouxe para compor a missão, estudiosos, pesquisadores, artistas e pintores, como foi o caso de Frans Post e Albert Eckalt, que retrataram a paisagem da

---

pelos navios, ex.: canal de Suez, do Panamá, etc." No porto do Recife o mesmo ocorreu para melhor vazão do Rio Beberibe. Nele foi cortado o Istmo de Olinda e criada antropicamente a Ilha do Recife.

colônia até então desconhecida pelos europeus.

Sob este contexto inicia-se no século XVII o primeiro embrião de urbanização no continente americano, o que propicia a localidade de Recife expandir-se além istmo. Através da construção de pontes, palácios, observatório astronômico, jardim botânico e canalização de meandros, a localidade foi a que primeiro aterrou e urbanizou os manguezais. Na supressão da natureza e das influências das marés, Nassau fundou a cidade Maurícia, transformando o povoado em vila e capital da colônia holandesa, como observado na figura abaixo.

Figura 4 - Recife, Olinda no Período Holandês

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2009.

Gravura produzida pelos holandeses em Pernambuco apresentando as características geografias do estuário. Em primeiro plano está o Istmo de Olinda e na ponta do mesmo, se encontra o povoado de *Reciffo* (Recife em holandês), no centro da imagem temos o manguezal do Rio Capibaribe e Beberibe com as primeiras ilhas ocupadas pelos palácios, pontes, canais e fortalezas, a *Mauritz-staadt*. No plano esquerdo observa-se a área ocupada pelo Rio Jordão, último para o leste após o manguezal, hoje denominado Rio Pina.

Com a acentuada expansão do povoado portuário para oeste, ocorreram as primeiras alterações ambientais perpassadas até os dias atuais.

Os flamengos dominaram a capitania de Pernambuco durante décadas, tempo em que foi sendo construída a reconquista pelos brasileiros, indígenas, negros

libertos e exploradores portugueses, com a formação de tropas no interior. O inicio da fronte ocorreu na batalha do Monte das Tabocas[8] em 03 de agosto de 1645, atual município de Vitória de Santo Antão.

3 A BATALHA DOS GUARARAPES E O FIM HOLANDES NO BRASIL

O final da contenda contra os holandeses ocorreu em duas batalhas. A primeira em 18 de abril de 1648 e a segunda em 18 de fevereiro de 1649, ambas realizadas na localidade denominada de Montes Guararapes, atual município de Jaboatão dos Guararapes. Sendo assinada a rendição definitiva pelos holandeses em 1654 na Campina do Taborda a oeste do Recife.

Com a vitória nas batalhas dos Guararapes e a expulsão dos holandeses, deu-se em meados do século XII o primeiro sentimento de nação ao Brasil, em uma luta das três raças: os índios nativos, comandados pelo capitão indígena, Felipe Camarão; os negros alforriados, liderados por Henrique Dias e os coronéis brancos portugueses e brasileiros, liderados por Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros. Esta união fez com que o exército brasileiro considerasse esta batalha como primeiro registro de força armada para defender o território nacional, somando os elementos étnicos formadores do povo do Brasil. Atribuindo aos Montes dos Guararapes local de nascimento respectivo da pátria e do próprio exército.

Em homenagem à vitória da batalha dos Guararapes, foi erguida no local uma capela, hoje igreja de Nossa Senhora dos Prazeres, padroeira e defensora religiosa dos luso-brasileiros na contenda.

Figura 5 - Igreja Nossa Senhora dos Prazeres

[8] O Monte das Tabocas localiza-se a 54Km do Recife, fica ao norte do município de Vitória de Santo Antão, nome oriundo da então vitória da batalha de Tabocas quando os holandeses sofrem sua primeira derrota na luta pela reconquista da capitania e produção açucareira.

Fonte: O autor, 2010.

Fotografia da igreja de nossa Senhora dos Prazeres, localizada no Monte dos Guararapes em Jaboatão dos Guararapes. Este templo foi concluído em 1757 então elevado à categoria de igreja. Seu estilo arquitetônico apresenta o barroco pernambucano, moldadas em rochas de arrecifes de arenito retirado do litoral. Apresenta em seu estilo um cruzeiro em átrio, duas torres sineiras, frontal com afrescos em corichéis, volutas, pinhas e abobadas azulejadas, estilos do lugar.

O Recife holandês é relatado por Castro (*apud* AZEVEDO, 1994) quando expressa o traçado da cidade em que a planta chama atenção pela geometria precisa, retangular e em formato do plano de Batávia, cortado igualmente por um canal largo que se estendia desde as proximidades do Forte Frederico até a atual igreja do Rosário, com as linhas de orientação das pontes marcando a direção de expansão da cidade[9].

Figura 6 - Recife no Período Holandês

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2008.

Gravura demonstra o plano de Batávia da cidade Maurícia (Recife do período holandês). A gravura mostra uma fortificação da cidade e um grande canal no centro dando vazão aos canais menores, caracterizando verdadeiras gamboas que eram navegáveis e drenavam os dejetos dos edifícios da cidade. Estes canais foram mantidos até o século XIX, quando foram aterrados para dar lugar a ruas, eram navegáveis daí o título a Recife de Veneza Brasileira. Este marco do

[9] Castro (1954) acrescenta que "com a expulsão dos holandeses, o plano nassoviano foi abandonado e voltou-se ao desarranjo e a vontade de crescimento à portuguesa, ficou sempre uma diretriz nesse crescimento, do qual resultou ser o Recife ainda hoje uma cidade de disposição radioconcêntrica, como a planejaram tornar no futuro os grandes planejadores dos Países Baixos".

ambiente de canais é registrado nos nomes de algumas ruas, a exemplo da Rua Camboa (gamboa) do Carmo.

Estas fortificações tinham seus fossos preenchidos pelas águas do rio, sendo os canais internos navegáveis permitindo acesso às novas ruas conquistadas do manguezal. É assim que o Rio Capibaribe apresenta-se importante para a implantação do sistema de defesa da colônia holandesa americana do século XVII, (MENEZES, 1991).

4 A EXPANÇÃO COLONIAL E OS ARRABALDES, EMBRIÃO METROPOLITANO

O crescimento da vila continua sobre o ambiente do manguezal na planície do Recife[10], principalmente com a expansão da atividade da cana-de-açúcar que perpassa da planitude costeira e espalha-se além morros para o interior da colônia. O poeta Ascenso Ferreira descreve este cinturão da monocultura dizendo que: "A cana tem fome de terra" (FERREIRA, 1995)[11].

O sistema de navegação realizado pelas canoas fez surgir inúmeros cais ao longo das margens do Capibaribe, o que indica na metade do século XVIII o pontilhar de ancoradouros. Estes esparsados cais fluviais foram primordiais para a mobilidade das localidades distantes do porto, definindo a relação de toda trama de arrabaldes com o centro e expressaram uma dependência de toda Cidade em relação aos rios. A grande presença de água e da navegação de barcos de variados tamanhos e formatos, Menezes (1991) complementa que "é nessa altura que, talvez, surgiu àquela imagem do Recife como Veneza Brasileira, que todos conhecem".

O fluxo realizado pela navegação interna, pela sequencia destes inúmeros ancoradouros ao longo dos rios (às vezes individuais em seus sobrados) e sua importância territorial, produziu um fluxo de barcos não de margem a margem, mas de centro aos locais navegáveis de difícil acesso como a Caxangá, Apipucos e a Várzea ainda na grande planície.

Menezes (1991) conclui que era apreciada uma outra perspectiva da cidade, quando era vista a partir do rio, de dentro para as margens, "é como se as margens fossem descobertas por quem navegava", conforme visto na fotografia abaixo.

---

[10] Segundo (Cabral, 2004) a planície do Recife localiza-se na faixa costeira do Estado de Pernambuco entre as coordenadas Universal Transversa de Mercator – UTM: 283000 e 295000m Leste e 9098000 e 9215000m Norte.

[11] Ferreira (1995) traz esta afirmação no documento Catimbó, Cana Caiana e Xenhenhém.

Figura 7 - Casa Grande às margens do Capibaribe

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2008.

Fotografia de casarão voltado às margens do Rio Capibaribe no bairro do Derby, Recife, no final do século XIX. A vida da cidade relacionava-se diretamente com os cursos d'água, representado nesta imagem.

Esta situação de navegabilidade foi sendo substituída pelos primeiros sistemas viários implantados inicialmente nos caminhos marginais ao Rio Capibaribe, que passaram a ser carroçáveis, a tração animal, estradas automotivas e atuais avenidas com artérias viárias radiais da cidade em sentido único, a exemplo das Avenidas Caxangá, Beberibe, Imperial e Rui Barbosa, e da perimetral Estrada dos Remédios.

Com o advento dos trens e dos automóveis motorizados, a navegação é substituída gradualmente, num cenário em que as estradas estavam sendo construídas rapidamente, a exemplo da estrada de ferro Recife – Salgueiro.

No lugar da intensa navegação e vida direta com a cidade, encontra-se hoje em serena calmaria sem o tráfego visto, só que, restou ao rio outra função que vem se agravando a cada ano, ser receptáculo de efluentes ao longo de todo seu curso, é o que se observa, um caminho fluvial preenchido de resíduos sólidos e líquidos em todas suas formas, principalmente aqueles legitimados pelo poder público quando a própria Companhia Pernambucana de Saneamento – Compesa e a Empresa de Manutenção e Limpeza Urbana – Emlurb, são insuficientes em suas funções no que se trata de saneamento e limpeza urbana.

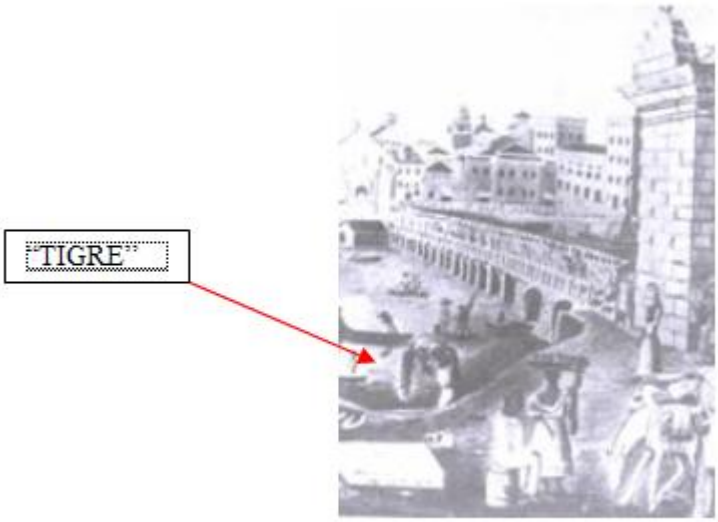

Figura 8 - Rio Capibaribe na Ponte Maurício de Nassau

Fonte: Araújo (2007, p. 302).

Sépia de H. Lewis, Recife 1848 que retrata a margem do Rio Capibaribe antes da ponte Duarte Coelho e Arco de Santo Antônio, observa-se uma pessoa despejando um tonel com líquidos, dejeto sanitário das casas carregado pelos escravos que fazia o trabalho abrindo alas nas ruas gritando olha o "tigre" e todos abriam caminho.

Contudo cresce cada vez mais a demanda humana pela natureza deste estuário, que através de aterros do manguezal, faz com que palácios, ruas, praças, casarios, sejam construídos, como por exemplo, o parque Treze de Maio, em frente à Faculdade de Direito do Recife, onde havia um manguezal.

Em meados do século XIX, o Recife continuava sendo uma das mais importantes capitais do Império – eixo econômico, social, político e cultural. Segundo Lima (2005b) o espaço urbano da cidade era formado pelos bairros do Recife no Cais do Porto, Santo Antônio – São José (bairros gêmeos desde 1844, primeira conurbação da cidade) conúbio integrante da Ilha de Santo Antônio e Boa Vista na expansão para oeste.

A expansão da cidade do Recife em detrimento do manguezal também acontece no centro antigo, na virada do século XIX para o XX. A região portuária da cidade é modificada por uma reforma que retira o patrimônio colonial e implanta edifícios com arquitetura em estilo neoclássico.

Era costume das cidades europeias da época realizar estas grandes reformas de modernização. O Recife segue esta prática sem cuidar do patrimônio colonial e modifica-se totalmente o desenho urbano.

Figura 9 - Modernização do Cais do Porto do Recife

Fonte: Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais (FUNDAJ).

Esta imagem mostra a reforma do bairro do Recife, com demolição do casario colonial para modernização urbana e expansão do porto.

Localizados além das terras da Boa Vista, os antigos engenhos, da extensa planície do Rio Capibaribe foram aos poucos perdendo suas funções. Estes engenhos ao serem desativados se tornaram povoados que mais tarde, passaram a ser sítios e, hoje, bairros do subúrbio, – o que permitiu Gilberto Freyre (1971) chamar este conjunto de localidades afastadas de complexo ‘urbano’ das cidades patriarcais.

Figura 10 - Arrabalde de Apipucos

Fonte: Araújo (2007, p. 303).

Desenho de Luis Schlappriz, gravurado por F. H. Carls, que apresenta o arrabalde de Apipucos com os caminhos carroçáveis marginando ao Rio Capibaribe.

Josué de Castro (1954) também atribui a evolução urbana do Recife a partir do porto que se expande a pequenos núcleos autônomos, representados pelos antigos engenhos como as povoações do Poço da Panela, Afogados, Jaboatão, Várzea, Graças, Torre, Madalena e Boa Viagem. Núcleos de importância fundamental para expansão da cidade, povoados que foram denominadas por Mário Lacerda de "nódulos periféricos" e seus caminhos carroçáveis que são hoje corredores de escoamento populacionais e avenidas.

Outro instrumento para consolidação dos núcleos mais expandidos do Recife foi o fato deles se desenvolverem seguindo o itinerário das águas (ambiente preenchido pelos Rios Beberibe, Jiquiá, Tejipió, Capibaribe e Jordão, que vertem para o oceano Atlântico). Por estes itinerários a produção dos engenhos era escoada até o porto, onde trafegavam pessoas, mercadorias, animais e as marchambombas (primeiro módulo férreo da cidade), caminhos carroçáveis que ligava o arrabalde de Dois Irmãos até o centro do Recife.

Figura 11 - Marchambomba no Recife

Fonte: FUNDAJ

5 O PENSAMENTO METROPOLITANO NO SECULO XX

Nas décadas de 1970 e 1980, o Recife passou a ser planejado segundo um órgão estadual que delimitou, mapeou e implementou um conceito de Região Metropolitana, a FIDEM (Fundação para o desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife). Este passou a planejar e assessorar a implantação rodoviária, metroviária, de comunicação, de vias, complexos rodoviários, estações de tratamento de esgotos e d'água, nova rodoviária, canalização dos cursos d'água e principalmente a urbanização com a construção das grandes, URs as Unidades Residenciais como a UR 1, UR5, UR7, UR 10 consequentemente grandes vilas foram implantadas.

Com exemplo das grandes vilas metropolitanas construídas no Recife temos o IPSEP, as vilas do Jordão Alto e Baixo, a vila do Ibura de Baixo; Vila de São Salvador, Vila La Roque e Felipe Camarão em Jardim São Paulo; as Vilas Tamandaré, Cardeal e Silva, Conjunto Inês André Aza, e Jardim Uchôa no bairro de Areias; as vilas de San Martin e Mustardinha, a Vila dos Comerciários no bairro da Jaqueira, dentre outras.

Com intenção de descentralizar a população da capital para as cidades satélites, foram construídos grandes conjuntos residenciais e vilas nos municípios do entorno ao Recife, aumentando a população dos mesmos e acelerando a conurbação[12] metropolitana. Foram erguidas as vilas: da COHAB e Pirapama no Cabo de Santo Agostinho; Dois carneiros, Três Carneiros, Socorro, Malvinas, Vila Rica, Muribeca, Marcos Freire, Dom Hélder Câmara e os Curados I, II, III e IV em Jaboatão dos

[12] Conurbação: junção do arruamento entre municípios, dando a noção de única cidade sem limites, o que é deliomitado por placas e mapas bem detalhados

Guararapes, as Vilas da UR 7, Carmelo, Alberto Maia e Timbí em Camaragibe; Tiúma em São Lourenço da Mata; Maranguape I, II e III, Jardim Paulista, Caetés I, II e III e Arthur Lundgren em Paulista, bem como a maior concentração populacional planejada da metrópole, as Etapas I, II, III, IV e V de Rio Doce, e as vilas Popular, Jardim Brasil, Jardim Atlântico e Ouro Preto no município de Olinda.

Além de desafogar a concentração populacional na capital, criou-se assim uma maior inter-relação metropolitana, quase estacionando o crescimento populacional da capital o que faz a população do Recife na década de 1980 ficar menor que a dos municípios de Fortaleza (CE) e Salvador (BA), também metrópoles regionais nordestinas.

Na metrópole recifense são observados municípios com população equivalentes a de outras capitais nordestinas como Jaboatão dos Guararapes e Olinda que chegam o ano de 2000 com mais de 750 e 450 mil habitantes respectivamente.

6 A URBANIZAÇÃO EM DETRIMENTO DA NATUREZA DA CIDADE

A prática de intervenções tão drásticas na cidade do Recife e em seu entorno, significa aplanamento de morros, entaludamento de encostas, canalização de rios e meandros, impermeabilização da superfície, bem como a supressão de bosques de vegetação nativa como drenagem de encharcados e manguezal a exemplo dos mangues do Rio Jordão aterrados para implantar as vilas Encanta Moça e Jardim Beira Rio no Pina e, Valdir Pessoa, Residencial Boa Viagem e Pinheiros na Imbiribeira, influenciando diretamente o curso do Rio Jordão.

O Plano Diretor da RMR (Região Metropolitana do Recife) no documento FIDEM (1998), destaca o sistema de drenagem do complexo hidrográfico do Rio Capibaribe e traz em seu conteúdo observações clássicas como a relação da sociedade com seu ambiente e a questão da fome. Temas estes que foram pesquisadas por Josué de Castro, Gilberto Freyre e Celso Uchôa Cavalcanti. O referido documento complementa que: “em uma situação de planície que abriga um estuário com diversos rios, forma-se um ambiente dominado por massas de água (rios, lagoas e canais) entrecortados por faixas de terras alagadiças de mangues”.

Com a realidade ambiental como a descrita acima, somada a um processo histórico da cidade, a ocupação em larga escala se instala causando aterros do ambiente encharcado do manguezal, provocando problemas de drenagem em toda rede urbana do Recife, comprovado na cheia de 1975 como visto abaixo.

Figura 12 - Caxangá na cheia de 1975

Fonte: FUNDAJ

Assim, grandes foram os aterros, os desmatamentos e a descaracterização da natureza, seguidos da expansão imobiliária ocorrida às margens do curso dos rios e dos bolsões de manguezal ainda existentes com observado abaixo na fotografia de um avião em 1945 do cais de Santa Rita.

Figura 13 - Aterros no Cais de Santa Rita

Fonte: Museu da Cidade do Recife, aquisição 2008.

São estas as áreas que perfazem os verdadeiros polígonos de amenização ambiental dentro do aglomerado urbano recifense, havendo redução dos impactos, torna-se possível à manutenção do conforto térmico e paisagístico aos moradores autóctones desta natureza e dos bairros vizinhos.

Figura 14 - Rio Capibaribe no Bairro da Torre

Fonte: fotografia do autor, dezembro de 2007.

A fotografia mostra o mangue bordejado por um "paredão" de edifícios no bairro da Madalena, Graças e Torre às margens do Rio Capibaribe, obras irregulares diante das leis ambientais.

7 O ALERTA CULTURAL, O MOVIMENTO "MANGUE BIT"

Recife recebeu na década de 1990, pelos meios culturais e artísticos, o rótulo de "Cidade Mangue", a "*manguetown*" (ver letra de música abaixo), devido à relação de coexistência de sua população com o manguezal e de uma exclusão social nítida, onde quem não é beneficiado no projeto urbano da cidade busca o manguezal para ocupar com suas palafitas, causando desta forma aterro dos canais, sendo as ilhas ocupadas.

Mesmo os não palafitados ou os excluídos todos que vivem na cidade, têm de qualquer forma que sentir a presença da natureza manguezal, quer pela inalação de seus gases, quer pela visualização da paisagem, quer pela alimentação oriunda do manguezal, constitutiva do cardápio recifense.

As Ilhas, Canais e Bosque do manguezal são elementos geográficos que propiciaram substrato a este centro urbano ser plano e apresentar horizontalidade próximo à quota de zero do Oceano Atlântico.

Planitude que é quebrada pela sequência de pontes sobre canais e rios, paisagem esta veiculada como cartão postal.

"Recife, cidade do mangue, incrustada na lama dos manguezais *Onde estão*

os homens caranguejos Manguetow[...]” (SCIENSE, 1994).

8 A CIDADE MODERNA, AS LEIS E A DEGRADAÇÃO DA NATUREZA

Os “arranha-céus” são construídos nas bordas dos rios, pontuando a paisagem da cidade, embora esta ação seja ilegal, o Código Florestal Brasileiro, promulgado em 1965 ainda em vigor, (Lei 4.771 de 15/09/65), alterado pela lei 7.803 de 15/09/89 e o “Código das Águas”, não permitem construção até 30 metros dos cursos d’água em cada margem. No entanto, nos dias atuais, essas edificações continuam a ser construídas às margens dos rios da cidade, como visto na foto abaixo.

Figura 15 - Torres Gêmeas Ilegais Ecologicamente em 2006

Fonte: O autor.

Existem também as leis estaduais como a de n° 9.860 de 12/08/86, que trata da delimitação das áreas de proteção dos mananciais da Região Metropolitana e estabelece os critérios que preservam os recursos hídricos. A Lei 9.931 define ser as áreas estuarinas do estado de Pernambuco como integrantes de reservas biológicas de proteção ambiental.

Contudo, o manguezal do estuário do Rio Jordão, além de ser Área de Proteção Ambiental (APA) na instância municipal, é protegido pelas leis federal e estadual, apresentando ambiente abaixo da influência das marés, em plena capacidade de manutenção ecológica em que se encontra. Este espaço anfíbio é denominado de Manguezal do Pina, Arquipélago do Pina ou APA – Parque dos Manguezais, como também a APA do Jordão. Particularmente, denominamos este ambiente como estuário do Rio Jordão por se tratar da foz deste curso d’água.

Figura 16 - Rio Jordão, Manguezal e a Cidade

Fonte: fotografia cedida por Sérgio Bem, fevereiro de 2008.

Foto tirada com vista para o sul que mostra a dimensão do manguezal do Pina entre os arranha-céus de Boa Viagem, baixio encharcado em contínuo de mangue. Este paredão litorâneo impede a circulação da brisa oceânica para os bairros centrais do Recife, no caso do manguezal do Rio Jordão, é esta natureza que absorve a ilha de calor produzida por este adensamento urbano.

A APA específica do Rio Jordão, no médio curso do rio, é caracterizada pela presença de mangue e da vegetação periférica conforme foto abaixo.

Figura 17 - APA do Jordão

Fonte: fotografia do autor, janeiro de 2007.

Foto tirada com vista para o leste que mostra a dimensão do manguezal no médio curso do Rio Jordão entre os arranha-céus de Boa Viagem e o bairro da Imbiribeira. Este manguezal é também um amenizador da ilha de calor produzida pelo adensamento da costa de Boa Viagem.

9 OS PROJETOS PARA CRESCIMENTO DE PERNAMBUCO

Desta forma Pernambuco foi sendo ocupado, comprometendo a natureza e desorganizando por sua vez a potencialidade ecológica existente. Estas ações ocorrem nos dias atuais, como na implantação do estaleiro, da refinaria Abreu e Lima e do complexo industrial portuário de Suape que vem destruindo centenas de hectares do ecossistema manguezal no estuário do rio Ipojuca, em pleno século XXI.

Os projetos para crescimento do Estado apresentam incidência direta na natureza, principalmente a do manguezal e da sociedade que habita seu entorno.

Com o intuito de sugerir a implantação de projetos de expressão em desenvolvimento para o Estado, é que apresentamos este texto, como esclarecedor do que ocorre na implantação de um modelo progressista que prejudica diretamente a natureza e a sociedade a ela adaptada.

10 CONCLUSÃO

Diante da especulação imobiliária com expansão descontrolada, presentes em Pernambuco, causadoras de degradação ambiental e social sem precedentes, nos faz refletir que para implantar qualquer uso do manguezal e da natureza, é coerente manter a população do entorno envolvida e que, estes acarretem em melhorias estruturais aos atingidos, principalmente, quando se tratar de investimentos com recursos públicos, em áreas denominadas de interesse difuso, protegidas pelas leis locais e nacionais.

O manguezal além de ser suprimido é quase que impossível ser recuperado quando ocupado por aterros e urbanizado.

Porque não se desaterra uma área de manguezal ocupada por qualquer implantação ilegal, ou legal erante as leis, é fácil conseguir leis nos balcões jurídicos para erguer “torres gêmeas” suplantando as leis do patrimônio histórico, social e ambiental, como vistos nos últimos anos na Região Metropolitana do Recife e por conseguinte em Pernambuco.

11 REFERÊNCIAS

ALECRIM, Elysio, **A fisiografia e o turismo de Pernambuco.** Recife: Bagaço, 2003, 391 p.

ANDRADE, Manuel C. de. **O desafio ecológico:** utopia e realidade. São Paulo: Hucitec, 1994, 108 p.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias:** história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação e Cultura Cidade do Recife 2007, 547 p.

AZEVEDO, Aroldo. Vilas e Cidades do Brasil Colonial, São Paulo, Curitiba, **Revista Terra Livre**, v. 10, AGB, 5º CBG 1994. (Congresso Brasileiro de Geógrafos).

BAUMAN Zigmunt. **Comunidade** tradução Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2003, 175 p.

BUENO, Celso W. **Desenvolvimento e convergência**, 2. ed. São Paulo: Editora Consenso, 1996. 239 p.

CABRAL, Jaime J. (et all) (org's). **Águas subterrâneas:** aquíferos costeiros e aluviões, vulnerabilidade e aproveitamento. Recife: EdUFPE, 2004, 448 p.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife: ensaio de geografia urbana.** Rio de Janeiro: Livraria Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

FERREIRA, Ascenso**. Catimbó, cana caiana e xenhenhém**: poemas de Ascenso Ferreira. 5. ed. Recife: Nordestal, 1995, 136 p.

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife –RMR. **Plano diretor da RMR** Recife: FIDEM /SePlan – PE, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX,** 2. ed, São Paulo, Recife: Nacional, FUNDAJ, 1971.

GUERRA, Antônio. J. T. (Org) **Dicionário geológico e geomorfológico.** 7. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1988, 446 p.

JESSEN, Mário A. **Contribuição para a avaliação dos recursos naturais do distrito de Chinde, Maputo, Moçambique.** 1994**.** 143 p. Monografia (Graduação em Geografia) - Universidade Eduardo Mondlaine, Departamento de Geografia, [s.l.], 1994. 143 p.

LIMA, Tatiana. (et all) Os nós que alforriam. In: BANDEIRA, Andréa (Org), **Sete histórias, inúmeros a(u)tores.** Recife, editora Oito de Março, 2005. p. 167-192.

LUCENA, Josete. et all, **Pernambuco meu estado.** São Paulo: Scipione, 1996, 120 p.

MELLO, José Antônio G. O Chamado Foral de Olinda, de 1537. **Revista do Arquivo Público Estadual Pernambuco.** Recife, n.13, p. 39-58, dez. 1974.

MENEZES, José L. Visão histórica do Capibaribe. **Cadernos urbanos.** Recife Prefeitura da Cidade do Recife, SePlan, nº 7, p. 38, 1991.

SCIENCE, Chico. **Antene-se, Chico Science e Nação Zumbi**: da lama ao caos. [Recife: s.n.], p1994. 1 CD.

SILVA, Jorge J A da. Evolução e Degradação Espacial Litorânea no Brasil, o Caso Mais Recente, o Turismo. In: EREGEO, 6, 1997, [**Anais...]** João Pessoa/, Recife: Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)/Neo Planos, 1997, p. 37-50.

VANNUCCI, Marta. **Os manguezais e nós**: uma síntese de percepções. São Paulo: EdUSP, 2003. 244 p .